

FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS INSTITUTOS PÚBLICOS DE PESQUISA E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

RELATÓRIO

Senhor Presidente,

Venho pelo presente encaminhar a Vossa Excelência relatório dos trabalhos desenvolvidos na 17ª Legislatura pela “**Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Públicos de Pesquisa e das Fundações Públicas do estado de São Paulo**”, instituída pelo Ato da Mesa Nº 105, de 10 de dezembro de 2013, e coordenada por este parlamentar. Nos termos da Resolução Nº 870, de 08 de abril de 2011, alterada pela Resolução Nº 874, de 13 de junho de 2011, solicito a publicação do mesmo no “Diário da Assembleia Legislativa” e no Portal da Alesp.

Compuseram referida Frente Parlamentar vinte e cinco deputados estaduais e entidades da sociedade civil na condição de membros colaboradores. Para a consecução de seus trabalhos a Frente Parlamentar realizou reuniões e eventos na Assembleia Legislativa de São Paulo e também fora de suas dependências, por meio de visitas às sedes dessas instituições e de atividades que contaram com a participação de deputados estaduais, assessores, dirigentes de órgãos públicos, pesquisadores, pessoal de apoio técnico e administrativo, lideranças de entidades colaboradoras, entre outros.

No desenvolvimento de seu trabalho, seguindo orientação aprovada em reuniões periódicas de organização, buscou-se envolver outros órgãos do Executivo nas atividades da Frente Parlamentar, tais como Secretarias de Estado e representantes de conselhos que atuam nas áreas de pesquisa e de extensão, na produção de políticas públicas em ciência, tecnologia e inovação – caso do Concite – Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e do Consip – Conselho de Instituições de Pesquisa do Estado de São Paulo -, com o propósito de compatibilizar as iniciativas do Poder Público e os anseios dos que atuam nessas áreas. A prioridade nessa fase final dos trabalhos tem sido a realização de audiências com os secretários a cujas pastas são vinculados institutos de pesquisa e fundações públicas, como a ocorrida em 16 de março de 2015 com o Secretário de Estado da Saúde, Dr. David Uip.

Infelizmente, a presença de representantes do Executivo ficou aquém do desejável. Fato que destoou do grande interesse demonstrado por lideranças da sociedade civil e por dirigentes e trabalhadores dos institutos de pesquisa e das fundações públicas que souberam compreender as razões que levaram à criação dessa Frente Parlamentar, com caráter suprapartidário, em torno de tema tão importante. No **anexo 1 desse Relatório constam os atos constitutivos** e no **anexo 2 a relação de lideranças da sociedade civil que prestigiaram eventos importantes da Frente Parlamentar**, mesmo não atuando no âmbito dessas instituições. **Recomenda-se mais atenção e presença das secretarias, dos órgãos centrais e conselhos que compõem o Executivo Estadual nas atividades desenvolvidas pelas frentes parlamentares e em sua relação com a Assembleia Legislativa e a sociedade organizada.**

No presente caso, trata-se de Frente Parlamentar que se dedicou, inicialmente, a promover diagnóstico da situação atual das fundações públicas e dos institutos de

pesquisa com vistas à adoção de medidas imediatas de apoio a essas instituições pelo Executivo e o Legislativo, bem como à futura elaboração de dossiê que contenha sugestões detalhadas para cada uma das instituições com foco em sua modernização, propostas essas vindas de dirigentes, pesquisadores, pessoal de apoio técnico e administrativo, demais trabalhadores e entidades colaboradoras. **Tarefa a ser assumida em conjunto com as entidades colaboradoras na continuidade dos trabalhos da Frente Parlamentar na 18ª Legislatura, conforme decidido na reunião realizada em 11/3/2015.**

A estratégia de trabalho adotada mesclou a realização de reuniões periódicas de organização da Frente Parlamentar e de atos públicos, eventos temáticos e visitas às sedes das instituições, ocasião em que se deu prioridade ao conhecimento e análise das condições de suas instalações e acervos, ao diálogo com as diretorias, os pesquisadores, pessoal de apoio e demais trabalhadores, bem como para recolher documentos e material audiovisual que deverão constar de dossiê. **Nesse Relatório faz-se, portanto, uma síntese das principais observações e sugestões a serem detalhadas oportunamente com a continuidade dos trabalhos da Frente.**

As lideranças dessas instituições conhecem os problemas mais relevantes que afetam seu desenvolvimento, devendo por conseqüência ser consideradas interlocutoras imprescindíveis a qualquer processo de planejamento que venha a ser desencadeado pelo Executivo, ressaltando que decisões acerca da reforma do Estado, do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, do que se pretende em relação ao futuro dessas instituições, dos formatos jurídicos e de eventuais fusões e extinções, conforme medidas recentemente anunciadas, não podem prescindir do diálogo com as diretorias desses órgãos públicos, seus trabalhadores e a sociedade, incluindo o Parlamento Estadual.

Propõe-se, assim, que o Executivo reveja o envio de projetos de lei de extinção desses órgãos, como é o caso do Cepam e da Fundap, e que sejam realizadas audiências públicas com a participação das secretarias de estado e demais instituições envolvidas. Da mesma forma, que a área econômica do governo realize análise cuidadosa do orçamento aprovado para o exercício financeiro de 2015, evitando o contingenciamento de verbas em áreas estratégicas e, se possível, garantindo suplementações para que as fundações públicas e os institutos de pesquisa possam ser fortalecidos e modernizados para atuar em sintonia com um novo ciclo de desenvolvimento do estado de São Paulo.

Documentos produzidos pela Frente Parlamentar com essa finalidade requereram das secretarias e demais órgãos estaduais que apresentem os diagnósticos disponíveis, elencando o foco de atuação desejado para cada instituição, os principais problemas detectados e as perspectivas existentes quando objetivamos recompor o quadro de pessoal, realizar concursos públicos, recuperar as condições de trabalho e salariais – com a adoção de Planos de Carreiras, Cargos e Salários -, preservar acervos e a memória institucional, investir em obras e na aquisição de materiais permanentes, identificar licitações em curso ou concluídas, metas e cronogramas, recursos necessários e disponíveis.

Defende-se nesse relatório maior transparência na gestão pública e mais participação dos trabalhadores dessas instituições nos processos decisórios e no controle da utilização dos recursos orçamentários e extra-orçamentários em torno do interesse público, posicionando-se contrariamente à extinção desses órgãos e sua substituição por entidades privadas, mantidas com recursos públicos. Nesse particular, urge debater os arranjos institucionais possíveis e as modalidades de gestão pretendidas.

I – Introdução

A origem da “**Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Públicos de Pesquisa e das Fundações Públicas do Estado de São Paulo**” está relacionada à edição do Decreto Nº 59.327/2013, que propôs a fusão das fundações SEADE, CEPAM e FUNDAP. Proposta essa orientada pela intenção declarada de promover a redução de despesas de custeio e a reorganização de órgãos no âmbito da administração direta e indireta. Medida do Executivo que provocou intensa mobilização dos trabalhadores dessas três instituições e que acabaram por recorrer ao Parlamento Estadual para solicitar abertura de diálogo com o Executivo e democratização do debate sobre a proposta de fusão e possível extinção desses órgãos da administração pública indireta, fato negado à época.

Em consequência, a **Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais e a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais** realizaram no dia 10 de outubro de 2013 uma audiência pública, que contou com expressiva participação de intelectuais e professores convidados. Infelizmente nenhum representante do primeiro escalão do Executivo Estadual compareceu para prestar esclarecimentos aos parlamentares, pesquisadores e demais trabalhadores. Questionava-se, na ocasião, que as parcelas do orçamento destinadas a essas fundações eram insignificantes do ponto de vista do ajuste fiscal desejado, destoando dos relevantes serviços por elas prestados. A proposta de fusão também soava estranha, uma vez que desconsiderava que as instituições envolvidas possuem missões distintas e atendem a diversas secretarias, órgãos estaduais e municipais.

Paralelamente a isso, já ocorria na ALESP uma movimentação em defesa dos institutos públicos de pesquisa do estado de São Paulo. Institutos que exercem um papel de relevo na produção e execução de políticas públicas em áreas essenciais, que também se beneficiam do trabalho desenvolvido pelas fundações públicas, inclusive com a participação de aprimorandos em seus projetos de pesquisa, mas que apesar disso também vêm perdendo prestígio, conforme se constata na maioria dos casos.

Com o objetivo de propiciar troca de experiências **realizou-se em 10 de dezembro de 2013 o seminário “Situação Atual dos Institutos de Pesquisa e das Fundações Públicas Estaduais”**. Seminário que fortaleceu o movimento pró-instalação de uma frente parlamentar e que permitiu identificar os objetivos comuns que justificariam a criação de uma frente que reunisse esses dois tipos de instituições públicas.

Ressalte-se que o estado de São Paulo responde por parcela expressiva da base de Ciência, Tecnologia e Inovação nacional, seja pelo critério de dispêndio, seja pelos resultados de produção científica e tecnológica. Trata-se do mais diversificado e desenvolvido dentre os sistemas estaduais do País, sendo resultado de investimentos federais e estaduais sistemáticos ao longo de muitas décadas.

Além das universidades, **São Paulo conta com uma rede de 19 Institutos Públicos de Pesquisa – IPPs que atendem demandas específicas da sociedade e do sistema produtivo, e, pelo menos, 17 Fundações Públicas** que têm longa tradição na produção de conhecimentos e soluções criativas à administração pública paulista, tanto no que se refere à inovação de métodos de gestão em diferentes campos, que vão desde a formulação e acompanhamento da execução de políticas e programas de governo, até ao apoio às transformações organizacionais e institucionais do aparelho de Estado.

Por conta desse contexto foi aprovada a criação da presente Frente Parlamentar com o objetivo principal de proporcionar um espaço de debates sobre a realidade dessas instituições, para conhecer melhor o trabalho por elas desenvolvido, seus principais desafios e ressaltar a necessidade de apoio por parte do Poder Público para que elas se fortaleçam, se modernizem e cumpram suas missões.

A Frente Parlamentar foi criada com a adesão de **entidades colaboradoras**, entre as quais citamos: **ACAP – Associação de Classe de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de São Paulo, AEFAL – Associação dos Empregados da Fundação Prefeito Faria Lima, AEPESP – Associação dos Executivos Públicos do Estado de São Paulo; AFF – Associação dos Funcionários da FUNDAP, AFITESP – Associação dos Funcionários da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo; APqC – Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo, ASSOSEADE – Associação dos Servidores da Fundação SEADE, CRF – Conselho de representantes de funcionários da Fundação Florestal, Assembleia de Funcionários da FUNAP e SINTPq – Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia de São Paulo.**

II – Estratégia adotada: visitas, reuniões, eventos e atos públicos

Em 13 de março de 2014 instalou-se a Frente Parlamentar e decidiu-se pela promoção de eventos com a finalidade de discutir a reforma do Estado e os diferentes cenários de participação dos institutos de pesquisa e fundações no desenvolvimento socioambiental, na realização de pesquisas, na produção de políticas públicas e assessoria a entes públicos. Na oportunidade foi lido manifesto das entidades colaboradoras apontando as principais dificuldades enfrentadas pelos institutos e fundações públicas estaduais. Nas reuniões de organização dos trabalhos aprovou-se a realização de visitas às sedes das instituições, acompanhadas de reuniões com suas direções, pesquisadores, pessoal de apoio e demais trabalhadores.

O estado de São Paulo conta com **sete institutos de pesquisa vinculados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento** (Instituto Agrônomo, Instituto Biológico, Instituto de Economia Agrícola, Instituto da Pesca, Instituto de Tecnologia de Alimentos e Instituto de Zootecnia), **sete institutos vinculados à Secretaria de Saúde** (Instituto Adolfo Lutz, Instituto Butantan, Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, Instituto Lauro de Souza Lima, Instituto Pasteur, Instituto de Saúde e Superintendência de Controle de Endemias - Sucec), **três institutos vinculados à Secretaria do Meio Ambiente** (Instituto de Botânica, Instituto Florestal, Instituto Geológico), **um instituto vinculado à Secretaria de Planejamento** (Instituto

Geográfico e Cartográfico) e dois institutos vinculados à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT e Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN).

Foram realizadas visitas, seguidas de reuniões, às seguintes instituições: Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Fundação de Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP), Fundação de Desenvolvimento da Educação (FDE), Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), Fundação Padre Anchieta, Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, Fundação Prefeito Faria Lima (CEPAM), Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" (FUNAP), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Instituto Agrônomo de Campinas, Instituto Adolfo Lutz, Instituto Biológico, Instituto Butantan, Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, Instituto de Botânica, Instituto de Economia Agrícola, Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Instituto de Tecnologia dos Alimentos, Instituto de Saúde, Instituto de Zootecnia, Instituto Florestal, Instituto Geográfico e Cartográfico, Instituto Geológico, Instituto Lauro de Souza Lima, Instituto Pasteur, Superintendência de Controle de Endemias (SUCEN).

Não foram visitados até a confecção desse relatório: Fundação Memorial da América Latina, Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), Fundação Hemocentro de São Paulo, Fundação Oncocentro de São Paulo, Fundação para o Remédio Popular (FURP), Instituto de Pesca e Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN).

Realizado seminário, em 10 de junho de 2014, sobre os “Desafios do Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo e o Papel dos Institutos Públicos de Pesquisa e das Fundações Públicas: importância das áreas de ciência, tecnologia, inovação e informação”. Evento que contou com a participação de convidados como a presidente da SBPC, Prof.^a Helena Nader, e que trouxe elementos para análise de conjuntura, no sentido de identificar as tendências de desenvolvimento no País e no estado de São Paulo e propiciar o debate quanto ao futuro papel dessas instituições públicas frente aos desafios que estarão colocados pelas mudanças climáticas e necessidades futuras da sociedade.

Em 26 de agosto de 2014 realizou-se o seminário “Gestão de Recursos Humanos: os desafios a serem enfrentados por pesquisadores e profissionais de apoio”, que teve como objetivo dialogar sobre a política estadual de gestão de pessoal e a situação atual dos recursos humanos nessas instituições, incluindo os temas dos concursos públicos, da necessidade de reposição do quadro de pessoal, das estruturas de carreira e da demanda por pesquisadores e pessoal de apoio às pesquisas. Os debatedores, em especial a senhora Ivani Maria Barsotti, Coordenadora da Unidade Central de Recursos Humanos do Governo do Estado, abordaram quatro áreas temáticas: **a) Política de Recursos Humanos no estado de São Paulo; b) Situação atual dos Institutos e Fundações; c) Estruturação das carreiras dos Institutos e Fundações; e d) Política de manutenção de jovens talentos.** Evento contou com a participação de representante do Executivo e de entidades

colaboradoras da Frente Parlamentar, como a APqC e a ACAP, que trouxeram documentos sobre o tema.

O **seminário “Financiamento e orçamento dos Institutos e Fundações Públicas”, ocorrido em 16 de setembro de 2014**, analisou a atual situação orçamentária das instituições de pesquisa e fundações, bem como a busca de novas fontes de financiamento para desenvolvimento de suas atividades. Feitos convites aos Secretários de Estado da Fazenda e do Planejamento e Desenvolvimento Regional, que infelizmente não compareceram. Foram divulgados estudos elaborados pela assessoria da bancada do PT referentes à série histórica de receitas e execução orçamentária desses órgãos. Seguiram-se apresentações de experiências por representantes das diretorias da Fundação ITESP e do IPT, uma empresa (SA) que capta recursos crescentes no mercado mediante contratos de prestação de serviços, mas que enfrenta dificuldades para manter intactos os recursos orçamentários próprios. Feita a sugestão de que nos orçamentos das secretarias houvesse rubrica orçamentária para o desenvolvimento de pesquisas voltadas ao desafio das políticas públicas de caráter transversal nas diferentes áreas de atuação dessas instituições.

No dia **25 de novembro de 2014** ocorreu o **seminário “Formatos Jurídicos para as Instituições Públicas”** que trouxe para o debate as diferentes possibilidades de figuras jurídicas para a gestão de políticas e a gerência de instituições. Com a participação de convidados, como a Dra. Lenir Santos, do Instituto de Direito Sanitário - IDISA, foram compartilhadas experiências das instituições em diferentes modalidades de gestão de modo a desvendar vantagens e desvantagens dos formatos jurídicos para consecução das atividades sob sua responsabilidade, como administração pública direta, administração pública indireta (autarquias, autarquias especiais, fundações públicas), empresa (SA) e gestão privada por Organização Social.

Foram realizadas reuniões ordinárias de avaliação das visitas promovidas pela Frente Parlamentar e para organização dos trabalhos **em 2013** (nos dias 03, 17 e 24/09; 01, 02, 08, 15, 22 e 30/10; 05, 13, 21 e 27/11; 10 e 17/12), **em 2014** (nos dias 05/02, 10/03, 16/04; 07 e 13/05; 04 e 30/06; 05/08) e **em 2015** (nos dias 10 e 24/02; 03, 06, 11, 17 e 24/03). Cabe destaque para os **atos públicos de instalação da Frente Parlamentar e de protesto** realizados pelas entidades colaboradoras para se contrapor às propostas de fusão e de extinção de fundações como FUNDAP e CEPAM e em defesa dos direitos dos pesquisadores públicos e do pessoal de apoio técnico e administrativo nos dias 13 de março de 2014, 10 de outubro de 2014 e 03 de março de 2015. Atos que mobilizaram muitos trabalhadores em defesa dessas instituições.

III – Diagnóstico dos principais problemas

A Frente Parlamentar promoveu um vasto levantamento sobre a situação das fundações e institutos públicos de pesquisa no estado. O trabalho de averiguação feito pela Frente permitiu um diagnóstico que servirá de auxílio para a confecção de dossiê para cada uma das instituições e a busca por alternativas que possibilitem o melhor funcionamento das instituições.

Sobre a situação atual dessas instituições, observou-se que há um progressivo e rápido envelhecimento do seu corpo técnico, tanto de pesquisadores como de pessoal de apoio, que decorre da ausência de concursos públicos periódicos. São muitos cargos vagos, indefinições quanto às tabelas de lotação e perfis de profissionais necessários, falta de investimento em formação e risco crescente de perda da memória institucional e do patrimônio desses institutos e fundações.

A realização esporádica de concursos públicos - em média a cada dez anos ou mais - provoca, como dissemos, um esvaziamento do seu corpo de pesquisadores, de apoio técnico e administrativo. A ausência de um projeto de governo claramente explicitado, no sentido do fortalecimento dessas instituições, e a falta de planejamento estratégico, que envolva o conjunto dos interessados colaboram para a sensação de abandono e de desprestígio, que substitui o orgulho daqueles que dedicaram suas vidas a essas instituições.

Aos poucos se vai formando a compreensão de que a lenta tramitação de projetos que instituem ou atualizam planos de carreira, cargos e salários, o desrespeito aos direitos de pesquisadores e pessoal de apoio, o baixo investimento na formação de pessoal e na melhoria das condições de trabalho, pesquisa e extensão fazem parte de um cenário infelizmente desejado pelo atual governo, em que volta com força a ideia do Estado mínimo, neoliberal, privatizando patrimônio, terceirizando a gestão de políticas e franqueando o acesso privilegiado dos fundos públicos a instituições e grupos econômicos privados que atuam nesse segmento promissor.

Processo esse que, se não for contraposto, atingirá mais tarde a maioria das instituições, mesmo aquelas que possam parecer preservadas ou prestigiadas em um primeiro momento. Cabe também observar que tipo de movimentos haverá em instituições públicas de outras esferas de governo e em que rumo elas seguirão. Por exemplo, a APTA vem perdendo pesquisadores e assistentes para a EMBRAPA e universidades, que oferecem condições mais vantajosas.

Seguem indefinidos os papéis de trabalhadores qualificados como os executivos públicos, o Instituto Pasteur não prevê pesquisadores da área de medicina veterinária, em quase todas as instituições faltam biblioteconomistas e outros profissionais especializados para cuidar de acervos que exigem manutenção permanente, como bancos de germoplasma, exsiccatas, sementes, solos, minerais, etc. Todos esses acervos exigem cuidados técnicos específicos, bem como acondicionamento adequado. Representam a memória destas instituições e, conseqüentemente, da nossa sociedade.

Há uma diversidade de situações no que se refere às condições das instalações, o que interfere diretamente na qualidade dos serviços prestados à sociedade. Constatamos que há obras em ritmo lento, bibliotecas e outros acervos em condições inadequadas de conservação. É o caso do Instituto de Economia Agrícola e do Instituto Geológico. Nesses dois casos há uma incoerência do ponto de vista de sua infraestrutura, uma vez que os dois institutos tiveram suas sedes construídas para abrigar adequadamente suas atividades, dispendo de laboratórios, bibliotecas e coleções de material geológico. Entretanto, esses institutos foram deslocados de local sem planejamento adequado, com perda de acervos, sendo que os novos locais de trabalho não comportam os acervos remanescentes.

É como se houvesse um descompasso entre estrutura e recursos humanos, o que a princípio indica uma ausência de prioridade política e de diretrizes claras quanto ao futuro dessas instituições no campo de gestão pública, da ciência, tecnologia e

inovação. Importante ressaltar que documentos recebidos por parte de suas diretorias e dos trabalhadores mostram que há compreensão dos desafios colocados no sentido da modernização dessas instituições, mas sem força política para concretizá-los em torno de um projeto que atenda ao interesse público.

Houve denúncias de que o governo estadual deverá ceder em breve a fortes apelos do mercado à venda de patrimônio público e à cessão de campos experimentais para outros usos que não os originalmente previstos para as terras públicas a elas destinadas. Fato preocupante considerando o interesse crescente da especulação imobiliária em municípios de diferentes portes. Outro indício da perda de prestígio em face da política adotada na atual gestão é a baixa dotação orçamentária destinada a essas instituições públicas de renome. Fatos esses que motivaram a realização de eventos para discutir novas tendências de desenvolvimento do Estado brasileiro, suas repercussões em São Paulo, modalidades de gestão pública, novas políticas de recursos humanos e necessidade de financiamento compatível com suas responsabilidades.

No caso das **fundações públicas**, a reeleição do governador Geraldo Alckmin coloca, novamente, na ordem do dia a **proposta de fusão e extinção da Fundap e do Cepam**. Enquanto isso, outras fundações, como a Padre Anchieta, convivem com crônico problema de financiamento de suas atividades. Diferentemente do que ocorre com os institutos de pesquisa, não há um fórum que articule as inúmeras fundações. Essas se reportam às respectivas secretárias e órgãos a que se vinculam, com maior ou menor grau de autonomia, mas sem a discussão de um projeto comum. Convivem, também, com as chamadas fundações de apoio – privadas, de direito privado -, que vêm sendo progressivamente contestadas pelos órgãos de controle externo ao Executivo.

Os **institutos públicos de pesquisa**, organizados em diferentes modalidades de gestão e em que predomina a administração direta, articulam-se no Consip e no Concite, embora ambos os colegiados padeçam do fato de terem sido criados por decreto e sem representação dos pesquisadores e trabalhadores de apoio. Dessa forma, embora existam instituições em condições menos precárias, todas se ressentem da ausência de uma clara orientação política desse governo em sua defesa, que infelizmente vai se impondo em outro sentido, qual seja, o da terceirização e da privatização de suas funções primordiais no campo da pesquisa, da produção e execução de políticas e da realização de consultorias a secretarias, prefeituras, câmaras municipais e instituições sociais.

Em resumo: a história destas instituições é reveladora das contribuições que prestaram a São Paulo e ao País, mas, atualmente, a situação é de crise e deve ser objeto de reflexão por parte das senhoras e dos senhores parlamentares quanto ao que se espera delas e à melhor alternativa para defendê-las da extinção.

III – Sugestões de caminhos, medidas e ações em prol dessas instituições

Inicialmente, partindo desse diagnóstico, pede-se aos noventa e quatro deputados e às entidades colaboradoras que reconheçam como inaceitável essa situação e mostrem que o progressivo abandono dos institutos públicos de pesquisa e das fundações públicas e sua substituição por entidades privadas atendem a uma

determinada maneira de ver a reforma do Estado e a relação entre o setor público e o setor privado lucrativo.

Considerando que a atual lógica de gestão deve acentuar-se nos próximos quatro anos, defende-se a continuidade da Frente Parlamentar, ao lado da criação de subcomissão em uma comissão permanente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – a ser definida – e da organização permanente em fóruns próprios de articulação ou junto ao Instituto do Legislativo Paulista dos sindicatos, associações e lideranças interessados no fortalecimento da gestão pública.

O cerne da questão no próximo período é debater os desafios a serem enfrentados pelo Estado no campo das políticas públicas que possuem interface com essas instituições na resolução dos grandes desafios do século XXI. Em decorrência, estando organizados nesses espaços, as entidades colaboradoras devem reivindicar participação efetiva nos colegiados de gestão do Executivo e no Legislativo para que as políticas públicas atendam, de fato, ao interesse público.

Com a continuidade dos trabalhos da Frente Parlamentar na atual legislatura e a divulgação desse relatório – contendo uma síntese das principais atividades realizadas e sugestões de medidas e ações -, que devem ser discutidas com secretários de estado, dirigentes de órgãos e entregues aos membros do Consip, do Concite e ao governador do estado, desejamos que esses apontamentos sejam aproveitados no sentido de se anotar a relevância dos institutos públicos de pesquisa e das fundações públicas para a reforma do Estado visando ao aprimoramento da gestão pública, ao respeito aos direitos dos trabalhadores e ao desenvolvimento sustentável, com planejamento, participação e inclusão social.

Nos encontros e debates realizados pela Frente Parlamentar foi possível identificar desafios que precisam ser enfrentados para o melhor funcionamento das instituições de pesquisa e de apoio a entes públicos, dentro de uma lógica de fortalecimento da gestão pública:

- Dispor de **dotação orçamentária adequada** (fluxo financeiro estável) que, somada aos recursos próprios advindos de outras fontes (com o cuidado de que a obtenção de recursos adicionais não implique em que o governo estadual reduza a dotação orçamentária) permita aos institutos de pesquisa e fundações públicas cumprir suas diferentes missões;
- Contar com a **participação dos profissionais de ciência, tecnologia e inovação na definição dessas e de outras políticas setoriais do estado de São Paulo** (PPA, LDO, LOA, Concite e Consip);
- Contar com a participação desses profissionais, em consonância com a direção dos institutos e fundações, no **planejamento estratégico das Instituições**;
- Contar com **planos de carreira e de valorização dos pesquisadores e pessoal de apoio à pesquisa** com a finalidade de renovar quadros e **manter, nos institutos de pesquisa e fundações, os jovens talentos** (superando o quadro vigente de envelhecimento do corpo técnico decorrente da ausência de concursos públicos periódicos e insuficiência de benefícios);

- **Preservar a memória institucional e o patrimônio arquitetônico, histórico, cultural e afetivo dos institutos e fundações;**
- **Democratizar e popularizar o conhecimento** a fim de despertar o interesse da sociedade e das futuras gerações para a importância da CT&I para o desenvolvimento durável;
- **Criar espaço próprio de articulação e troca de experiências entre as fundações estaduais públicas**, a exemplo do que já ocorre com os institutos públicos de pesquisa no Consip;
- **Incentivar e intensificar a participação de órgãos de imprensa e de outros meios de comunicação nos eventos promovidos pela Frente Parlamentar e no debate desse tema.**

Os profissionais dos institutos de pesquisa e das fundações públicas do estado de São Paulo reivindicam debater com o Executivo e o Legislativo o projeto de desenvolvimento que se quer para o estado de São Paulo e em qual proposta de ciência, tecnologia e inovação vai-se investir, para transformarmos o potencial intelectual do estado em riquezas, promovendo o desenvolvimento econômico e social, o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida de nossa sociedade. **Nesse sentido, lamentam o envio de projetos de lei propondo a extinção de órgãos como a Fundap e o Cepam a revelia de sua participação.**

IV - Contra a extinção da FUNDAP (PL nº 39/2015) e do CEPAM (PL nº 38/2015) e pela modernização das instituições de pesquisa, consultoria e apoio aos municípios no desenvolvimento de políticas públicas.

No ato público de protesto realizado pelas entidades colaboradoras no dia 03 de março de 2015 foram divulgados documentos que fazemos constar no presente relatório pela importância que têm ao sistematizar e detalhar reivindicações que traduzem a expectativa dos pesquisadores, demais técnicos e trabalhadores dessas fundações e institutos de pesquisa no contexto de desestruturação crescente desses órgãos e de suas carreiras.

As entidades de trabalhadores cumprem um papel importante na “Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Públicos de Pesquisa e das Fundações Públicas do Estado de São Paulo”, pois a discussão realizada pela Frente Parlamentar diz respeito a alternativas de reforma administrativa do Estado e, conseqüentemente, às políticas públicas de planejamento e desenvolvimento do sistema de ciência, tecnologia e inovação. Os corpos técnicos e de apoio às pesquisas que subsidiam as políticas públicas de gestão e ciência mostraram que têm muito a contribuir na formulação de propostas de carreiras, estruturas organizacionais e políticas públicas que apontem para o futuro, respondendo assim a demandas da sociedade.

Na condução dos trabalhos da Frente Parlamentar a preocupação foi ir além das questões funcionais e sindicais, de modo a envolver o conjunto das entidades no debate desses temas. Esses trabalhadores demonstraram que têm acúmulo de conhecimento quanto às dificuldades pelas quais as instituições públicas passam e contribuíram denunciando questões relacionadas a más condições de trabalho, déficit de servidores, ausência de carreira pública adequada para os trabalhadores de apoio a pesquisa e falta de democracia do governo estadual - uma vez que não são chamados a contribuir nesse debate -, como bem atestam os documentos a seguir.

IV.1 - DOCUMENTO DOS TRABALHADORES DO CEPAM

“Carta Aberta dos Funcionários do CEPAM

CONTRA A EXTINÇÃO, PRESERVAR E FORTALECER O CEPAM

Num momento em que é dramática a situação financeira e de capacidade de gestão dos municípios, em que mais precisam de apoio para aumentar a eficiência no gasto público e bem atender o cidadão, o governo do estado de São Paulo propõe a **extinção da Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM**, por meio do **Projeto de lei 38/2015**, publicado no Diário Oficial do dia 25 de fevereiro.

O CEPAM - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal foi criado há 47 anos para apoiar os municípios na gestão dos governos locais. E desde então, prefeitos e vereadores, secretários e servidores municipais passaram a contar com assessoramento técnico, elaboração de pareceres jurídicos, apoio à gestão de políticas públicas, realização de cursos de qualificação e da socialização de informações sobre experiências bem sucedidas de gestão municipal. E, também, da colaboração do CEPAM na relação com outros órgãos públicos para execução de políticas setoriais.

O CEPAM permanece necessário. Recente pesquisa, realizada pelo CEPAM junto aos prefeitos paulistas, constata que 51% dos prefeitos entrevistados identificam dificuldades relacionadas à gestão municipal e 38% consideram prioridade investir na melhoria da gestão pública. O prejuízo se essa extinção vier a acontecer é incalculável. Tenha-se em conta que 80% dos municípios do estado têm menos de 50 mil habitantes e precisam de apoio para cumprir com as complexas tarefas que a administração local impõe.

O argumento expresso no Projeto de lei, de que a extinção tem como objetivo a redução de despesa, já foi rebatido em editorial do jornal O Estado de São Paulo em novembro de 2013, quando foi proposta a fusão do CEPAM com outras duas fundações: **"O governo do Estado de São Paulo ainda não apresentou argumentos convincentes para justificar a fusão de três fundações que prestam serviços relevantes para o aprimoramento da administração pública em todos os níveis e não têm funções superpostas. (...) Extinguir fundações com esse histórico de serviços prestados à administração resultará em maior eficiência, como se tenta justificar (...)?"**

O CEPAM é um patrimônio dos paulistas. Sua missão deve ser preservada para sustentar tecnicamente o desenvolvimento da administração pública voltada aos interesses da cidadania.

27 de fevereiro de 2015

AEFFAL - Associação dos Funcionários da Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM”

IV.2 - DOCUMENTOS DOS TRABALHADORES DA FUNDAP

(1) “FUNDAP: UMA FUNDAÇÃO ESSENCIAL PARA SÃO PAULO

No dia 26 de Fevereiro, o Governador Geraldo Alckmin enviou para essa casa, em caráter de urgência, o projeto de lei n. 39/2015, que solicita autorização para a extinção da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP). A FUNDAP é uma instituição pública, criada pelo governo, com a missão de elevar os níveis de eficácia e eficiência da administração pública, mediante formação e aperfeiçoamento dos servidores, inovação na gestão e prestação de assistência técnica aos órgãos públicos. Destacamos abaixo algumas das mais recentes ações realizadas pela FUNDAP em seus 40 anos de existência:

1. Qualificação de mais de 300 mil servidores públicos- nas modalidades presenciais e ensino a distancia- através da Escola de Governo e Administração Pública (EGAP);
2. Implantação do Poupatempo e expansão do seu modelo para todo o estado. Somente no ultimo ano, 40 novos Poupatempo foram inaugurados e cerca de 800 servidores foram capacitados para atender segundo o novo padrão de qualidade;
3. Implantação do novo Detran-SP, com capacitação de 3.500 servidores nos últimos 4 anos;
4. Implantação e coordenação técnica do Programa Via Rápida Emprego, que desde 2011 já capacitou 197.000 pessoas para o mercado de trabalho;
5. Capacitação de 4.550 professores para o programa EJA Mundo do Trabalho;
6. Seleção e gestão de todos os estagiários do Estado de São Paulo, com mais de 100 mil fornecidas aos estudantes desde 2009;
7. Capacitação de 30 mil profissionais da área da saúde através do Programa de Aprimoramento Profissional (PAP);
8. Aprimoramento, através do Programa de Bolsas de Residências Médica, para 70.422 médicos;
9. Formação de mais de 48 mil técnicos de enfermagem através do programa TecSaúde. Foram 102 escolas técnicas contratadas em 99 municípios, garantindo cobertura em todo o Estado de São Paulo;
10. Reestruturação das secretarias da Fazenda e da Educação, contribuindo para o ganho de eficiência da gestão e eficácia das políticas públicas;
11. Execução do Programa São Paulo Solidário, que localizou cerca de 150 mil pessoas em extrema pobreza em 538 municípios paulistas entre 2011 e 2014.

Cabe destacar que a FUNDAP é a única instituição Brasileira credenciada pelo BID a difundir o modelo de Gestão por resultados. Atualmente, presta assessoria à Secretaria do Planejamento e Gestão na Implantação no Estado do modelo de Orçamento por Resultados.

Estes são alguns exemplos dos trabalhos realizados pela FUNDAP. Através deles é possível perceber a importância desta Fundação para o constante aprimoramento da gestão pública paulista. Acreditamos que o impacto gerado por suas ações em termos

de benefícios ao Estado de São Paulo e ao Povo Paulista é muito superior à Economia de 0,01% que sua extinção traria.

Por isso, em nome da inovação em gestão pública, solicitamos que o senhor Deputado vote contrário à extinção da FUNDAP.

Diga não ao PL 39/2015”.

(2) “Excelentíssimo Deputado,

O Poder Executivo enviou para essa casa o Projeto de Lei n. 39, de 2015, solicitando a autorização para a extinção da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), cuja importância no cenário público estadual contribuiu e contribuiu, ao longo de seus 40 anos de existência, para a elevação dos níveis de eficácia e eficiência da administração pública estadual, mediante a formação e o aperfeiçoamento de gestores públicos; desenvolvimento da tecnologia administrativa - seja em consultoria, formação ou pesquisa - e prestação de assistência técnica.

Dentre centenas de exemplos de atuação, destaca-se a atuação da Fundap na criação do Poupatempo, que revolucionou o padrão de atendimento ao público. Hoje, mais uma vez, ajudamos a revolucionar o atendimento, dessa vez através do Novo Detran.SP. Na área de consultoria, somos parceiros da Secretaria do Planejamento na implementação do Orçamento por Resultados (OpR) na administração paulista. O OpR é o modelo mais moderno que existe no que se refere à gestão de orçamento, difundido mundialmente por meio de organismos internacionais, tais como FMI e BID.

A Fundap também é responsável por administrar o programa de estágios do Estado, gerindo todo o processo, desde a seleção de mais de 20 mil estagiários por ano. Por fim, a Fundap é a responsável pela capacitação e qualificação de milhares de servidores públicos.

Essas atuações são amplamente reconhecidas pelos servidores paulistas por sua excelência. Assim, a extinção da Fundap configura-se em uma enorme perda para a capacidade de planejamento e gestão do Estado. Com relação ao lado humano, essa possível extinção implica um enorme impacto sobre a vida de 274 funcionários e respectivas famílias que estão sob a pressão dessa decisão.

Solicitamos transparência durante todo o processo e respeito aos funcionários desta instituição. Assim, contamos com a sensibilidade política do Sr. Deputado para evitar tal extinção e preservar uma importante instituição com 40 anos de serviços prestados à administração pública paulista e com o seu apoio para dar transparência a todo esse processo. Transparência imprescindível às ações públicas de nossa democracia.

Desde já, contamos com sua colaboração.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015

Associação dos Funcionários da Fundap (AFF)”

(3) “A busca da eficiência do Estado deve ser encarada como simples despesa a ser cortada? Todo cidadão quer que o Estado ofereça serviços públicos de qualidade utilizando com eficiência o dinheiro arrecadado com os impostos pagos por todos nós. Essa é a missão da Fundação do Desenvolvimento Administrativo - Fundap, uma fundação pública vinculada ao governo do Estado de São Paulo, dedicada a capacitar servidores públicos, inovar em gestão pública, realizar estudos e pesquisas e ainda dar oportunidades de estágio a estudantes. Ou, pelo menos, essa ERA sua missão.

Na semana passada, em meio a ações anunciadas para redução de despesas de custeio ante a deterioração do cenário econômico nacional, Alckmin enviou - em caráter de urgência - um projeto de lei à Assembleia Legislativa com o objetivo de extinguir a Fundap. Isso mesmo, acabar com a instituição que há 40 anos vem trabalhando para tornar mais eficiente a ação do Estado. Extinguir a Fundap significa extinguir a inteligência por trás da criação e operação de programas como Poupatempo, Via Rápida Emprego e EJA Mundo do Trabalho.

Significa extinguir uma instituição responsável pela capacitação de mais de 300 mil servidores, somente nos últimos 10 anos, especialmente nas áreas da Educação, Saúde e Assistência Social. Significa extinguir a entidade que, desde 2009, selecionou e inseriu mais de 100 mil estudantes em vagas de estágio em órgãos públicos.

Significa extinguir mais iniciativas que coloquem São Paulo na vanguarda da gestão pública em respeito aos direitos de pessoas com deficiência, população LGBT, mulheres, negros e indígenas. Significa extinguir o ganho de eficiência resultante das reestruturações do Detran.SP e das Secretarias da Educação e Fazenda.

Significa extinguir a única instituição no Brasil credenciada atualmente pelo BID para difusão do modelo de Gestão por Resultados. Significa extinguir novas publicações, estudos e pesquisas no âmbito das políticas públicas que induzem o Estado a ajustar suas ações priorizando o benefício dos cidadãos.

Extinguir a Fundap significa economizar apenas 0,01% do orçamento do Estado de São Paulo. Os deputados da Assembleia terão que avaliar se este corte é mais significativo para a população do que os benefícios gerados pelo trabalho da Fundap.

Associação dos Funcionários da Fundap – AFF

Referências:

(1) Sistema de Capacitação/Fundap, 2004-2015

(2) SIMPA - Sistema de Monitoramento de Programas e Ações do PPA, 2008-2011 e 2012-2015

Orçamento do Estado de São Paulo 2015 (LOA)		
Orçamento total do Estado	R\$ 204.879.492.2722,00	100,00%
Orçamento Fundap - Tesouro do Estado	R\$ 21.090.718,00	0,01%
Orçamento Fundap - oriundo de projetos HI	R\$ 230.268.550,00	0,11%

(3) Da receita prevista para projetos, R\$ 140.392.020,00 são destinados ao pagamento das bolsas de estágio a estudantes alocados em órgãos e entidades da administração pública em São Paulo.”

IV.3 – DOCUMENTO CONJUNTO DOS TRABALHADORES DO CEPAM E FUNDAP

“Aos Senhores e Senhoras Deputados e Deputadas Estaduais

Por uma Audiência Pública para discutir a extinção da FUNDAP e do CEPAM

O Poder Executivo enviou, em Fevereiro de 2015, os projetos de lei nº 38 e 39, que dispõe sobre a extinção do Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM) - Fundação Prefeito Faria Lima e da Fundação de Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP).

O CEPAM e a FUNDAP são instituições do Estado, criadas por Lei, que a mais de 40 anos colaboram com o desenvolvimento da administração pública voltada aos interesses da cidadania e ao exercício da democracia.

A FUNDAP é responsável pela gestão de importantes Programas de Governo, como o Poupatempo, o novo DETRAN, o Programa de Estágios e o Programa de Aprimoramento Profissional (PAP), e pela Capacitação dos Servidores Públicos, dentre outras atuações.

O CEPAM assessora o Município em questões relativas à sua administração em políticas articuladas com o Estado e a União, realiza capacitação técnica de gestores e servidores municipais; estudos e pesquisas que embasam políticas públicas; e oferecem assistência jurídica, fiscal e financeira.

A alegação para extinção é corte de despesas, mas cada uma custa aos cofres estaduais dois décimos de milésimo (0,0002) do orçamento estadual. Além disso, elas promovem a economia de recursos, pois estão orientadas a contribuir para aumentar a transparência e a eficiência no gasto público, visando à qualidade de vida do cidadão.

O processo de tramitação dos Projetos de Lei ocorre sem nenhuma participação dos maiores interessados: Prefeitos, Presidentes de Câmara, Vereadores, Servidores e Gestores Públicos, além da Sociedade Civil.

Queremos debater e encontrar soluções.

Por isso, propomos uma Audiência Pública para discutir a questão e juntos encontrar alternativas que não signifiquem a extinção de duas instituições deste grau de importância.

Março de 2015

Associação dos Funcionários da Fundap

Associação dos Empregados da Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM”

IV.4 - DOCUMENTOS DA APqC

(1) “O Estado de São Paulo deve promover e incentivar o Desenvolvimento Científico, a Pesquisa e a Capacitação Tecnológica, seja diretamente, pelos Institutos de Pesquisa e Universidades Públicas, seja por meio de seus agentes de fomento, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência. Essas ações devem voltar-se preponderantemente para a solução dos problemas sociais, ambientais e da área da saúde, bem como ao desenvolvimento do sistema produtivo, procurando harmonizá-lo com os direitos fundamentais e sociais dos cidadãos (Constituição Estadual, art. 268, § 1º e 2º).

Segundo a Constituição Estadual (art. 269 e § 2º), o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CONCITE) deverá ser criado por lei complementar e deverá estabelecer a Política de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, considerando o desenvolvimento de todo o sistema produtivo estadual, o aproveitamento racional dos recursos naturais, a preservação e recuperação do meio ambiente, o aperfeiçoamento das atividades dos órgãos e entidades responsáveis pela pesquisa científica e tecnológica, a garantia de acesso da população aos benefícios do desenvolvimento científico e tecnológico, e a atenção especial às empresas nacionais, notadamente às médias, pequenas e microempresas (CE, art. 269 e § 1º).

Pela Constituição Estadual do Estado de São Paulo, as responsabilidades sobre as atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico foram, expressamente, assumidas pelo Estado (art. 268), inclusive a vinculação de percentual da receita orçamentária para aplicação em desenvolvimento científico e tecnológico (art. 271) ficando determinado, ainda que, “o patrimônio físico, cultural e científico dos museus, institutos e centros de pesquisa da administração direta, indireta e fundacional são inalienáveis e intransferíveis, sem audiência da comunidade científica e aprovação prévia do Poder Legislativo”.

As atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, como transcrito acima, competem, prioritariamente, ao Estado de maneira indeclinável e ao setor privado por iniciativa dos respectivos empreendedores, que às mesmas devem ser estimulados e apoiados pelo Estado. São atividades próprias do Estado, não exclusivas, mas essenciais, desenvolvidas, no Estado de São Paulo, pelo sistema paulista de ciência e tecnologia que compreende as Universidades Públicas e os Institutos de Pesquisa, sendo que dezenove Institutos estão sujeitos a uma legislação especial constante da Lei Complementar nº. 125, de 18 de novembro de 1975, com suas alterações e seus regulamentos.

Esses Institutos são departamentos científicos das Secretarias de Estado em cujas estruturas estão incluídas, e têm como missão a geração de novos conhecimentos mediante a realização de trabalhos originais de pesquisa científica e tecnológica, a produção de bens e serviços destinados às atividades sociais e de

desenvolvimento econômico e a formação de novos pesquisadores mediante cursos formais de pós-graduação “*lato e stricto sensu*” além de permanente contribuição complementar ao ensino de graduação com a oferta de estágios e oportunidade de vivência real de assuntos técnicos referidos nos cursos de graduação.

Constituem, portanto, os Institutos de Pesquisa, a retaguarda científica do Governo no desenvolvimento de seus programas nas áreas sociais e produtivas. É absurdo o argumento de que o poder público deve ocupar-se apenas com as atividades que lhe são exclusivas deixando as demais a cargo do setor privado. Conforme já foi argumentado acima, existem atividades que o Estado não pode deixar de assumir ainda que não lhe sejam exclusivas. São inúmeras essas atividades e todas dizem respeito às responsabilidades do Estado perante a nação, às responsabilidades de Governo. São atividades indeclináveis e da atenção que for dispensada às mesmas dependerá a qualidade do exercício do poder nas áreas de atividades exclusivas do estado que abrangem a defesa da soberania nacional, da ordem interna, do respeito às leis e da realização da Justiça. Não há como estabelecer-se um cumprimento seletivo dos deveres constitucionais.

No entanto, o que está acontecendo nos Institutos é um verdadeiro abandono por parte do governo, a começar pelo seu patrimônio principal, os recursos Humanos. Estudos realizados, pelo Fórum dos Diretores dos Institutos de Pesquisa do Estado de São Paulo, vinculados às secretarias da Agricultura, do Meio Ambiente, da Saúde, e do Planejamento e Desenvolvimento Regional, identificaram enormes vulnerabilidades de governança que preocupam, o que tem demandado empenho e esforço para enfrentá-las e ultrapassá-las. As deficiências salariais e de ingresso nas carreiras de pesquisadores científicos e de servidores de apoio à pesquisa.

Estudos de Caracterização Funcional e Etária realizado em 2011 por grupo de trabalho, envolvendo 15 Institutos Públicos de Pesquisa (IPPs) da Administração Direta, apontaram níveis significativos e indesejáveis de **evasão** que chegam a atingir mais de 40% dos quadros funcionais dos IPPs. Identificou-se que boa parte da evasão é provocada pela **demanda por ajustes e correções salariais e pela falta de regulamentação e implementação de planos de carreira**, que viabilizem os mecanismos periódicos de avaliação e ascensão funcional já previstos em legislações específicas. O caso mais expressivo diz respeito às Classes de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica e de Assistente de Pesquisa Científica e Tecnológica (LC661/92 e LC 662/92) e congêneres (ex. Assistentes Agropecuários).

Outra vulnerabilidade identificada, diz respeito à **necessidade urgente de realinhamento dos salários dos Pesquisadores Científicos**, em relação aos profissionais de instituições congêneres, ao próprio mercado, e a uma questão administrativa e jurídica peculiar, que se refere ao desequilíbrio provocado pela não aplicação do princípio da isonomia dentro do plano de carreira dos Pesquisadores (LC125/75). Tal situação deve-se ao fato de que, uma parcela de pesquisadores obteve êxito em ações judiciais (transitadas em julgado) no sentido de terem seus vencimentos equiparados aos docentes das universidades paulistas (instituições congêneres) e reajustados periodicamente em função desta equiparação. Em contrapartida, uma boa parte dos pesquisadores não faz jus aos mesmos salários e

reajustes, o que estabelece uma situação paradoxal dentro da carreira, na qual pesquisadores de um mesmo nível funcional recebem salários diferenciados.

Os Estudos de Caracterização Funcional e Etária apontaram ainda duas situações que causam impactos adversos à gestão e eficácia dos Institutos de Pesquisa em relação às ações de Governo: **os altos percentuais de cargos vagos e o relativo envelhecimento dos quadros funcionais**. A média geral de cargos vagos nos Institutos situa-se em torno de 45% (cerca de 5.500 cargos vagos). A situação apresenta-se mais crítica em relação às Carreiras de Apoio e de Assistente Técnico de Pesquisa Científica e Tecnológica, com percentuais que atingem mais de 70% de cargos vagos, ou próximo a este percentual, na maioria dos Institutos. Entre os Pesquisadores Científicos, os percentuais médios de cargos vagos situam-se acima de 40% em boa parte dos Institutos, chegando a casos extremo onde 100% dos cargos estão vagos.

A consolidação da caracterização etária demonstra, em termos absolutos e percentuais, uma grande concentração dos quadros funcionais na faixa etária entre 50 e 60 anos (em torno de 40% em todas as carreiras). Os baixos percentuais na faixa etária até 40 anos, tanto na Carreira de Pesquisador (13%), quanto nas Carreiras de Apoio e Correlatas (15%) sugerem a falta de periodicidade na realização de concursos para reposição de pessoal, e refletem também a evasão nos períodos iniciais da carreira. Os números apontados pelos Estudos de Caracterização Funcional e Etária indicam a necessidade premente de uma política de reposição de recursos humanos com realização devidamente planejada e periódica de concursos públicos para preenchimento dos cargos, de forma a não permitir a descontinuidade das pesquisas e dos serviços prestados aos órgãos de Governo e à sociedade”.

(2) “Prezado Senhor

A Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APqC) vem por meio dessa agradecer pela coordenação na Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos de Pesquisa e das Fundações Públicas do Estado de São Paulo. A Frente possibilitou a criação de um espaço onde puderam ser levantados e discutidos os problemas e demandas das Instituições de Pesquisa e a importância da participação destas, e das Fundações, no desenvolvimento socioeconômico-ambiental e na área de saúde. Além disso, possibilitou uma mobilização de várias categorias que culminou com o Ato em Defesa dos Institutos e Fundações Públicas, no dia 03 de março de 2015, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com participação massiva dos pesquisadores científicos.

As principais demandas dos Institutos de Pesquisa do Estado de São Paulo continuam sendo as seguintes: **1) falta de investimentos nos Institutos, que tem tido baixa dotações orçamentárias; 2) renovação dos recursos humanos com concursos públicos para reposição automática dos quadros; 3) cumprimento das Leis Complementares nº 727/93 e nº 859/99; 4) implementação da Carreira de Apoio à Pesquisa e 5) criação de condições políticas para que o Estado de São Paulo promova o Desenvolvimento Científico, Pesquisa e Inovação, além da**

Capacitação Tecnológica (Constituição Estadual, art. 268, parágrafos 1º e 2º) na estrutura do Governo do Estado.

Esperamos continuar contando com seu apoio como representante da sociedade, defendendo os Institutos de Pesquisa e reforçando a importância do seu papel para a Ciência, Tecnologia e Inovação, bases para o desenvolvimento de um país.

Atenciosamente,

DIRETORIA DA APqC - BIÊNIO 2014/2015

Joaquim Adelino de Azevedo Filho

Presidente

Roseli Buzanelli Torres

1ª Secretária”

(3) “Excelentíssimo (a) Sr.(a) Deputado (a)

Nós Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo, solicitamos que Vossa Senhoria mande ofício ao governo, pedindo que mande para a Assembleia Legislativa o Documento Nº 122551/2013, na ATL desde 12/11/2013, que trata da reestruturação salarial dos Pesquisadores Científicos. Bem como nos ajudem a implementar as ações abaixo para a revitalização dos Institutos Públicos de Pesquisa (IPPs).

PROPOSIÇÕES DA APqC PARA A REVITALIZAÇÃO DOS INSTITUTOS DE PESQUISA:

1. Promover e incentivar o Desenvolvimento Científico, a Pesquisa e a Capacitação Tecnológica (Constituição Estadual, art. 268, § 1º e 2º).

2. Garantir um quadro adequado de servidores nos Institutos de Pesquisa e mecanismos para reposição automática (rito sumário).

3. Assegurar que o Estado destine recursos suficientes para garantir às Instituições de Pesquisa, regidas pela LC125/75, que cumpram suas missões e incumbências.

4. Cumprir as Leis Complementares 727/93 e 859/99, que disciplinam os vencimentos da série de classes de Pesquisador Científico, e implementar a Carreira de Apoio a Pesquisa. Valorizar a carreira de Pesquisador Científico (LC125/75), o Regime de Tempo Integral e a Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral (CPRTI).

5. Criar condições para que o Estado de São Paulo desenvolva a política de CTSI através de:

a) Criar o CONCITE e CONSIP através de Leis complementares e com efetiva participação de pesquisadores indicados pela categoria e/ou sua associação;

- b) Ter representante formal na FAPESP;
- c) Alinhar a política salarial dos Institutos de Pesquisa aos pares nas instituições públicas, Federal e Estadual;
- d) Implantar os Núcleos de Inovação Tecnológica (Decreto nº 56.569).
- e) Reestruturar os Fundos Especiais de Despesa;
- f) Agilizar a assinatura de convênios de projetos de CT&I pelos Institutos de Pesquisa;
- g) Instituir gestão participativa nos Institutos de Pesquisa, com a escolha de dirigentes a partir de lista tríplice elaborada pelos pares e mandato definido.”

IV.5 - DOCUMENTO DA ACAP

“Nós, da Associação de Classes de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica, solicitamos que as proposições que se seguem entrem no Relatório da Frente Parlamentar.

Proposições da Associação de Classes de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de São Paulo – ACAP, para a revitalização dos institutos de pesquisa:

A Lei 661/1991 foi instituída para compor as classes de Apoio aos Institutos de Pesquisa Científica do Estado, abrangidos pela Lei Complementar nº 125, de 18 de novembro de 1975, no seguinte formato:

- I - Auxiliar de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica;
- II - Oficial de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica;
- III - Agente de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica;
- IV - Técnico de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica.

Temos nossos vencimentos fixados do Nível I ao Nível IV e de acordo com o artigo 9º da lei, que diz em relação às promoções que pode ser por Antiguidade (por tempo de serviço) ou por Merecimento (por Avaliação):

“Artigo 9º - Os processos seletivos especiais para fins de promoção serão realizados anualmente, alternando-se promoção por antiguidade e por merecimento”.

§ 1º - Os interstícios mínimos para fins de promoção serão de:

1 - 5 (cinco) anos de efetivo exercício no primeiro nível de 6 (seis) anos no segundo e terceiro níveis para as classes de Auxiliar de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica e Oficial de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica;

2 - 4 (quatro) anos de efetivo exercício no primeiro, segundo e terceiro níveis para as classes de Agente de Apoio à pesquisa Científica e Tecnológica e Técnico de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica.

§ 2º Obedecidos os interstícios e as demais exigências estabelecidas em

decreto, poderão ser beneficiados anualmente com a promoção até 15% (quinze por cento) do contingente de cada nível, existente na data de abertura do respectivo processo”.

Situação atual da Classe:

- ✓ A Ascensão a outra classe só é possível por meio de concurso público;
- ✓ Um grande êxodo de servidores que migram para outra carreira;
- ✓ Migram para área da saúde, pois lá tem um prêmio incentivo ou pró-labore;
- ✓ Reposição salarial para a classe, pois muitos que entraram no último concurso em 2008 prestaram outros concursos ou mesmo para a iniciativa privada, pois não enxergam um incentivo para continuar na instituição;
- ✓ Grande número de servidores aposentando, por idade e outros sem motivação nenhuma em continuar pelos motivos expostos.

**SERVIDORES ATIVOS PERTENCENTES À
LC 661/91 LOTADOS NOS INSTITUTOS - 02/2014**

INSTITUTO	Agente de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica	Auxiliar de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica	Oficial de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica	Técnico de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica	TOTAL GERAL
Instituto Adolfo Lutz	25	25	30	72	152
Instituto Agrônomo - IAC	33	57	64	71	225
Instituto Biológico - IB	10	35	19	16	80
Instituto de Botânica	23	30	42	35	130
Instituto Butantã	56	22	52	72	202
Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia	2		1	1	4
Instituto de Criminalística				1	1
Instituto de Economia Agrícola - IEA	9		14	32	55
Instituto de Pesca - IP	14	10	18	16	58
Instituto de Saúde		1		7	8
Instituto de Zootecnia - IZ	11	51	39	24	125
Instituto Florestal	36	106	41	33	216
Instituto Geológico	15		6	25	46
Instituto Pasteur	1	2		2	5
Instituto de Tecnologia de Alimentos - ITAL	17	15	22	37	91
TOTAL	252	354	348	444	1.398

Referência ao mês de janeiro/2014

INATIVOS - 01/2014	
CARGO	QTDE
Agente de Apoio à PCT	171
Auxiliar de Apoio à PCT	623
Oficial de Apoio à PCT	388
Técnico de Apoio à PCT	238
TOTAL	1.420

Salientamos que não é possível identificar a lotação de origem dos inativos.

Necessitamos:

- ✓ De uma valorização criando uma carreira, independente do modelo jurídico adotado pelas instituições, com uma proposta de reestruturação para a fixação destes do Pessoal de Apoio.
- ✓ Aprimoramento da qualificação do servidor, otimização e normatização do processo de acesso do servidor de apoio;
- ✓ Reclassificação dos vencimentos dos servidores, garantindo a permanência dos servidores;
- ✓ Garantir um quadro adequado de servidores da Classe de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica;
- ✓ Proposta para unificação e reestruturação de uma carreira de apoio e carreira de Assistente de Apoio Técnico, que venha a contemplar também uma carreira administrativa;
- ✓ Regularidade de Concurso;
- ✓ **Reestruturação urgente passando de classe para carreira;**

Sugestões para os Institutos de Pesquisa:

- ✓ Dotar todos os Institutos de Pesquisa de sede própria (com dimensões e infraestrutura) adequadas às suas atuações em pesquisa;
- ✓ Garantir os meios para adequada conservação e manutenção das Coleções (Científicas, Iconográficas, Museus e Bibliotecas) dos Institutos de Pesquisa.”

IV.6 – DOCUMENTO DA AFITESP

“É com grande satisfação que apresentamos mais uma edição do Jornal da AFITESP, construído com a participação de diversos associados, desde a produção até envio de matérias, com o objetivo de informar nossos associados e toda a sociedade, como andam as questões relativas ao nosso trabalhador.

Mas o sentimento de satisfação pela organização da nossa luta, logo se confronta a grande frustração que abate toda nossa categoria, tamanho o descaso do governo de São Paulo para com a classe trabalhadora deste Estado.

Anos amargando prejuízos acumulados, oriundos principalmente de uma política de reposição injusta, referenciada por um índice pífio que em nada recompõe as perdas salariais. Ano após ano cresce a angústia do trabalhador e da trabalhadora da Fundação ITESP que permanece engajado na aplicação das políticas agrária e fundiária do Estado de São Paulo.

A estagnação é tamanha que há inúmeros casos em que o servidor de carreira, que trabalha há mais de 12, 13 anos na Fundação, ganha cerca de R\$ 30,00 a mais que os últimos contratados em 2014. Muitos colegas, mesmo engajados na causa, saem a todo tempo, pois suas famílias precisam ter suas necessidades básicas atendidas. Cerca de 20 % dos servidores contratados no último concurso (início das admissões em abril de 2014), já pediram demissão. A sinalização do

governo do Estado é a pior que poderia dar com o Decreto Estadual 61.132/15 proíbe a preposição em 2015.

Na Assembleia Geral Ordinária da AFITESP, realizada em 28 de Novembro de 2014, foi aprovado por unanimidade o ESTADO DE GREVE. As demandas prioritárias de nossa Pauta de Reivindicações são Reposição Salarial de 33 %; Aumento de 100% do Vale Alimentação/Refeição; Licença Maternidade de 180 dias e Reformulação Urgente do Plano de Cargos, Carreira e Salários. Desde a Criação da Fundação ITESP no ano de 2000, os trabalhadores sofrem com a defasagem salarial ocasionada pela situação que levou diversos profissionais qualificados a deixarem a Fundação ITESP, e que vem acarretando diversas perdas ao trabalhador que bravamente resiste ao seu emprego, porém desmotivado, desvalorizado e sem uma política de recuperação salarial.

Outro problema enfrentado pela categoria é a defasagem do Vale Refeição/Alimentação, pois os valores praticados pela Fundação ITESP, pouco mais de R\$ 15, 00 diários, são insuficientes para a alimentação do Trabalhador, evidenciando o descaso com o bem estar dos servidores, e uma política desigual entre os próprios órgãos da Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, que recebem valores acima, onde a Fundação ITESP é a que paga o valor menor. E ainda como se não bastasse o Governo do Estado de São Paulo, não concede a Licença Maternidade de 180 dias as nossas Trabalhadoras, apesar de ter criado esse benefício em 2008. Nossas guerreiras são desprezadas, a elas é negado esse benefício apesar de serem da secretária criada para a Justiça e Defesa da Cidadania, uma contradição no mínimo. E outro exemplo de abandono dos trabalhadores da fundação é o Plano de Cargos, Carreiras e salário (PCCS), implantado na criação da fundação ITESP e que nunca funcionou, ficamos mais de 10 anos sem promoção, o que é desolador.

Encaminhamos todos os anos a nossa pauta de reivindicações a Diretoria Executiva do ITESP, ao Secretário de Justiça e ao Governador e quando recebem o documento, negam as solicitações ou informam que nossas demandas foram encaminhadas aos “Órgãos Reguladores” conhecidos como CODEC, CEDC e CPS, e que foram negados, mesmo quando a Fundação apresenta capacidade de atender os benefícios, e ficamos nesse abandono. Portanto, nossa luta é incansável em busca de nossos direitos, e nosso Estado de Greve é um aviso ao Governo do Estado que a qualquer momento poderemos decretar Greve, sabemos que a Fundação ITESP tem um papel relevante nas Políticas do Governo Estadual graças à dedicação de todos os trabalhadores, e queremos que essa relevância seja reconhecida através de Políticas Públicas voltadas para o atendimento de nosso publico nos assentamentos, nas comunidades quilombolas, nas titulações de posseiros, ou seja, em prol da agricultura familiar, e entendemos que a valorização dos trabalhadores da Fundação ITESP, tem que fazer parte dessas Políticas Públicas. Vamos à luta!

AFITESP-ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA FUNDAÇÃO ITESP”

V – Encaminhamentos e proposta de continuidade da “Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Públicos de Pesquisa e das Fundações Públicas do Estado de São Paulo”

A questão tratada pela Frente Parlamentar está vinculada ao desenvolvimento de políticas públicas de Estado, sendo, portanto, de âmbito suprapartidário. Não é possível pensar o futuro dessas instituições sem conhecer as opiniões das diferentes

forças políticas da sociedade e de sua representação no parlamento estadual. Infelizmente, é preciso constatar que a participação dos deputados membros e apoiadores poderia ter sido maior, sobretudo considerando que estamos tratando de instituições importantes para as políticas no âmbito da gestão pública e do desenvolvimento tecnológico. Algumas delas com mais de um século de existência e reconhecidas por suas contribuições no estado de São Paulo, em outras unidades da Federação e mesmo em outros países.

Com a posse dos deputados estaduais em 15 de março de 2015 há uma nova situação na Assembleia Legislativa em que esses desafios irão exigir de todos mais organização e capacidade de luta para conquistar apoio político e de opinião pública para a defesa dessas instituições. A experiência da Frente Parlamentar mostrou ser insuficiente para as mudanças desejadas se for assumida como única alternativa em circunstâncias reconhecidamente desfavoráveis. Disso decorre a decisão das entidades colaboradoras de, ao lado do esforço para mantê-la em funcionamento na legislatura que se inicia, lançar mão de outras possibilidades no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, tais como a criação de subcomissão e o desenvolvimento de trabalhos junto ao Instituto do Legislativo Paulista.

Decisões que partem da constatação de que as forças políticas e sociais interessadas em um projeto alternativo de mudança do quadro descrito e no fortalecimento dessas instituições devem articular-se em fórum próprio que as integre em torno de objetivos comuns. Para tanto, a participação das entidades colaboradoras, como a APqC, o SINTPq, a ACAP e outras representativas do conjunto dos trabalhadores de cada instituição é essencial para acompanhar os encaminhamentos propostos pela Frente Parlamentar e obter novas conquistas.

Ante ao exposto, requeiro a Vossa Excelência sejam providenciadas as publicações previstas em resoluções dessa Casa e que cópias desse relatório sejam encaminhadas a Suas Excelências o Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, o Secretário de Governo, Saulo de Castro Abreu Filho, o Secretário da Casa Civil, Edson Aparecido dos Santos, o Secretário de Planejamento e Gestão, Marcos Antônio Monteiro e ao vice-governador e Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, Márcio França.

Solicito, ainda, que a presente Frente Parlamentar seja mantida na 18ª Legislatura, atualizando sua composição e objeto. Deixo, por fim, consignado que se encontram anexas cópias de documentos relacionados à consecução do trabalho da Frente Parlamentar, tendo por objetivo fazer com que os institutos públicos de pesquisa e as fundações públicas do estado de São Paulo sejam modernizados e fortalecidos no exercício de suas competências enquanto importantes órgãos da gestão pública estadual, com ênfase no papel de seus pesquisadores e pessoal de apoio técnico e administrativo.

São Paulo, 25 de março de 2015

Deputado Carlos Neder

Coordenador da Frente Parlamentar

ANEXO 1 – ATOS CONSTITUTIVOS

ANEXO 2 – EVENTOS REALIZADOS E CONVIDADOS PRESENTES

ANEXO 3 – DOCUMENTOS PRODUZIDOS

ANEXO 4 – REPERCUSSÃO NA MÍDIA

ANEXO 5 - PARTICIPANTES